

MEC estuda a liberação das mensalidades

O Ministério da Educação quer acabar com todas as formas de limitação para os preços das mensalidades escolares, dando total liberdade às instituições particulares de ensino de reajustarem seus preços nos níveis que bem entenderem. Essa postura foi levada ontem à noite pelo secretário-geral do MEC, Luís Bandeira, ao chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, Cláudio Adilson Gonzales. De acordo com Bandeira, o Ministério da Fazenda dará uma resposta sobre se liberará ou não as mensalidades dentro de dez dias.

O secretário-geral admite que a liberação pode trazer muitas reclamações e que essa estrutura informal poderá não ser capaz de absorvê-las totalmente. "É por isso que vamos nos reunir com a Fazenda para discutir o nível das repercussões", diz Bandeira. Para o secretário, porém, o que não pode mais haver é o tabelamento, que "criou uma cisão entre aluno e escola. Os alunos denunciavam as suas próprias escolas. Os professores conseguiram nos tribunais aumentos de salários maiores do que os estipulados. Isso tudo gerou um desequilíbrio entre os custos dos lucros".

A liberação das mensalidades poderá provocar uma evasão de alunos das escolas particulares rumo às escolas públicas. As escolas gratuitas têm hoje um déficit de oferta com relação à demanda de 4,5 milhões de alunos. O secretário-geral admite a possibilidade de que o ensino público não consiga absorver esse aumento de demanda, muito embora considere que o déficit é maior no interior do que nas grandes cidades. "Nos grandes centros, não faltará vagas para a classe média", acredita o secretário. "E eu considero que a classe média deve ser estimulada a voltar às escolas públicas gratuitas no primeiro e segundo grau".

Atualmente as escolas têm o limite da inflação no semestre para reajustar suas mensalidades. No entender do MEC, esse limite deve, acabar. "Se a inflação no período for de 200 por cento, não haverá problema se a escola reajustar suas mensalidades em mil por cento, desde que demonstre que investiu esse percentual na melhoria da qualidade do ensino". Dessa forma, o governo sairia totalmente do controle das mensalidades, hoje administrado pelos Conselhos Estaduais de Educação. Se estabelecerá apenas uma central de reclamações informal nas delegacias estaduais do MEC, que registrariam as reclamações e repassariam para os conselhos estaduais tomarem providências.

Napoleão vê injustiças

"Temos que inverter a pirâmide da educação brasileira. Ela está assentada no seu vértice e não na sua base". Apoiado nos cálculos de especialistas, que através de estudos chegaram à constatação de que 80% das pessoas que freqüentam cursos universitários noturnos, portanto pagos, ganham de um a quatro salários mínimos, enquanto que a maioria dos estudantes de instituições públicas teriam condições de arcar com o pagamento de mensalidades, o ministro Hugo Napoleão sugeriu, nesta semana, que a comunidade acadêmica, os técnicos do MEC e a sociedade em geral discutam o tema. Ressaltou que algo de novo deve ser imediatamente proposto, partindo de um debate amplo, para reverter a situação caótica da educação no País.

O ministro da Educação defende a teoria de que ensino público não deve significar, necessariamente, gratuidade. A disparidade verificada entre os freqüentadores de entidades privadas e os de estabelecimentos federais e estaduais aponta para esse raciocínio. "A União está pagando para quem pode e deixa cobrar de quem não pode. É injusto que eu, na condição de ministro de Estado e de pessoa de renda alta, tenha um filho na universidade pública, sem pagar nada". Esclareceu que o Estado, apesar de tudo, está incentivan-

do e financiando essa injustiça. Em 1985, 49% do orçamento do MEC iam para o terceiro grau; em 86, este índice subiu para 65%; em 87 passou para 69%; hoje são 80%. "Nessa projeção, em 1993, todo o dinheiro da Pasta irá para as universidades. E, então, será mais adequado fechar o atual Ministério da Educação e criar o Ministério das Universidades".

Evasão

Baseado nestas estatísticas é que Napoleão apontou a inversão da pirâmide educacional. Para ele, é fundamental combater a evasão e a repetência no 1º e 2º graus, o que significam despendício na aplicação de recursos. Defende a busca de novos meios de sustentação para a universidade, visando a equilibrar o repasse de verbas. Cerca de 10% de todo o imposto pago pelo contribuinte destina-se ao ensino de 3º grau, e, assim mesmo, essa injeção financeira não faz elevar o nível da qualidade da universidade pública, que tem uma das menores relações professor-aluno do mundo e uma das mais baixas produções.

Com relação ao concurso vestibular, Hugo Napoleão disse ter se transformado em "vergonha nacional, não se tratando apenas de um crime capitulado no Código Penal; é um crime contra a comunidade, contra o Brasil".